

Um semestre excitante

CARLOS MONFORTE

JORNAL DE BRASÍLIA

Depois de um semestre de trabalho, como há muito tempo não fazia, o Congresso dorme na paz do recesso. Contentes estão os presidentes da Câmara, do Senado e da República, até agora perplexos pelo muito que teve dos parlamentares. Quem não está lá muito satisfeito é o Congresso: são os próprios deputados e senadores que queriam mesmo era uma convocação extraordinária para cobrir os cheques especiais estourados.

Bem, mas isso é outra história. O fato inexcusável é que o Congresso fez muito e até se redimiou (um pouco) de sua antiga e desgastante imagem. Limpou a pauta, aprovou medidas provisórias, todas as sessões aconteceram — quer dizer, aprovou medidas provisórias, todas as sessões aconteceram — quer dizer, houve presença suficiente em todas elas. A Câmara fez tudo o que o Governo quis, o Senado já fez pelo menos metade. E agora partem para o segundo tempo, o mais delicado, o mais grave.

E digo isso por dois motivos: primeiro, porque vão chegar ao Congresso os projetos mais polêmicos — reforma do Estado, reforma tributária — e segundo porque, na hora da regulamentação de tudo o que foi aprovado, os ânimos vão estar acesos de novo. Diria que mais inflamados ainda pelas derrotas e por fatos correlatos, como a MP da desindexação, que vem atizando os

dogmas da esquerda.

Tem mais ainda. Além das mudanças na Previdência, que já estão no Congresso, vêm por aí assuntos quentes, polêmicos e, diria mais: excitantes. Já funciona pelas salas e corredores do Parlamento a comissão que estuda a medida provisória que tira parte dos índices da economia e começa a se desenhar no horizonte a grande discussão que será a reforma político-partidária. Essa é fundamental para o aprimoramento político do País.

Vamos ficar primeiro com a desindexação. Não pense o Governo que vai ter a sopa que teve nas emendas constitucionais. O projeto é polêmico demais e mexe com o ponto central do sistema nervoso dos políticos, que é a questão salarial. O Congresso é sempre generoso quando trata dessa matéria e não ficará inerte diante de uma mudança tão grande, que praticamente alija os sindicatos das negociações salariais. E não falo apenas da esquerda, sempre engajada nesse assunto. Todos os parlamentares se interessam por isso.

Nem mesmo o fato de o relator da medida ser o senador Coutinho Jorge, que pensa seriamente em sua transmutação em tucano, altera o quadro. Ele também cuida de fazer alterações no projeto, exatamente na parte de salários e, para isso, vai conversar com o pessoal do Governo, mas também com empregados e

empregadores, sindicalistas de todos os matizes e especialistas no assunto. Não vai arredar pé de Brasília este mês, só conversando e trocando sugestões.

Mas o brinquedo mais interessante que estará à disposição dos políticos neste próximo semestre será mesmo a reforma partidária. O TSE já fez um estudo sobre o assunto, mas tirou do papel tudo o que representava polêmica. A Câmara também fez seus estudos por meio da pena do deputado João Almeida e o Senado ensaia trabalhar no assunto a partir de agosto. Tem até o rascunho de uma pauta, que será tocada pelo senador Sérgio Machado, do líder do PSDB.

Essa pauta tem 24 itens, todos eles sugerindo muita discussão, como fidelidade partidária, reeleição do Presidente da República, voto distrital e até propaganda e silêncio. De todos esses assuntos, talvez o mais incendiário seja aquele que trata da cláusula de barreira para os partidos, que se choca com interesses específicos dos políticos e com o artigo 17 da Constituição, que impede qualquer restrição a direitos políticos. Será uma batalha difícil — aliás, todas serão — prometendo um final de ano muito rico. Mas não vai parar por aí: o Congresso tem assunto para, pelo menos, mais três anos, ou seja, o fim do mandato de FHC.

■ Carlos Monforte é jornalista